

Direito Constitucional

Prof. Luciano Sousa
@adv.lucianosousa

1) **De acordo com o artigo 5º da Constituição Brasileira todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse sentido, com base na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que**

A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

C) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.

D) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

E) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

2) Joaquim, cidadão, tomou conhecimento de que foi autorizada, pelo órgão público competente, a construção de vultuoso empreendimento imobiliário em sua cidade, sem que, contudo, fossem observadas as normas ambientais vigentes. Nesse caso, à luz da ordem constitucional, objetivando anular o referido ato lesivo ao meio ambiente, Joaquim deverá ajuizar

- A) Ação popular.**
- B) Mandado de segurança.**
- C) Ação de improbidade administrativa.**
- D) Ação civil pública.**
- E) Mandado de injunção.**

3) Consoante às disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

C) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

D) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

E) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição.

BIZU:

- **TODOS SÃO INAFIANÇÁVEIS: Racismo, Ação de grupos Armados, Terrorismo, Tortura, Tráfico de Entorpecentes e Crimes Hediondos.**
- **3TH é SEM GRAÇA (insuscetível de graça ou anistia): Terrorismo, Tortura, Tráfico de Entorpecentes, e Crimes Hediondos (3TH)**
- **RAAÇÃO é IMCRÍVEL: Racismo e Ação de Grupos armados é IMPRESCRITÍVEL**

4) Considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

B) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, embora o texto constitucional ainda não faça menção expressa dos dados nos meios digitais.

C) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

D) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não tendo o proprietário direito à indenização em hipótese de dano, em razão do interesse público.

Art. 5º:

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos **meios digitais**.

§ 4º O Brasil **se submete** à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

5) **Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta conforme o entendimento do STF.**

A) Ainda que demonstrada a condição de hipossuficiente, o estrangeiro não é imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória.

B) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

C) Viola a Constituição Federal a exclusão dos aprendizes do rol de beneficiados por piso salarial regional.

D) O instituto da “candidatura nata”, consistente no direito que o titular do mandato eletivo possui de, obrigatoriamente, ser escolhido e registrado pelo partido político como candidato à reeleição, é compatível com a Constituição Federal de 1988.

E) A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais não configura violação à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.

STF: Súmula Vinculante 25 - *É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.*

- ❑ Estrangeiro sem recursos tem imunidade de taxas para regularização migratória, decide STF. Segundo a decisão, as imunidades previstas na Constituição Federal aos hipossuficientes se aplicam à situação dos estrangeiros mesmo antes da vigência da atual Lei de Migração.
- ❑ INFORMATIVO 1035 DO STF. DIREITOS SOCIAIS “Não viola a Constituição Federal a exclusão dos aprendizes do rol de beneficiados por piso salarial regional”.

- ❑ “Não existe no Brasil a candidatura nata, ou seja, o direito de o titular do mandato eletivo ser, obrigatoriamente, escolhido e registrado pelo partido como candidato à reeleição”.
- ❑ “A lei que impõe a manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais viola os princípios da laicidade estatal, da liberdade religiosa e da isonomia”.

6) Pedro é escrivão da Polícia Civil de Goiás e recebeu, na delegacia, uma ocorrência na qual o declarante alega que um jovem de quinze anos está trabalhando em uma empresa, indicando ofensa à Constituição Federal por trabalho infantil. Considerando essa situação hipotética e o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A) É vedado o trabalho aos menores de dezoito anos, salvo aprendiz a partir de dezesseis anos.

B) Não há impedimentos para o trabalho do menor em questão, desde que seja contratado na modalidade aprendiz e que não exerça atividade insalubre ou perigosa.

C) A constituição não permite o trabalho de menores de dezesseis anos, priorizando a educação e o aprendizado nessa fase da vida.

D) O menor de dezesseis anos não pode exercer atividades insalubres ou perigosas, que são permitidas somente a partir dos dezesseis anos completos.

E) A constituição permite o trabalho em geral do adolescente e do jovem a partir dos quatorze anos, sendo aprendiz ou não, desde que não seja insalubre ou perigoso.

Art. 7, XXXIII

Vedação de trabalho **NO PE IN** a menores de **18 ANOS**

NOturno

PErigoso

INsalubre

Vedação de QUALQUER TRABALHO a menores de **16 ANOS**, **SALVO na condição de APRENDIZ, a partir de 14 ANOS.**

7) Em relação aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- A)** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- B)** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa ou dolosa.
- C)** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- D)** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- E)** É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

8) De acordo com a Constituição Federal, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais

- A)** o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- B)** a jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, vedada a negociação coletiva.
- C)** o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, dois terços a mais do que o salário normal.
- D)** a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias
- E)** a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

9) Paulo é espanhol e Maria é brasileira naturalizada e tiveram o filho João, nascido na Espanha. João foi registrado em repartição brasileira competente. Considerando as informações apresentadas e o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A) João é brasileiro naturalizado, tendo em vista que sua mãe Maria também é brasileira naturalizada.

B) Como Maria é naturalizada, para que João seja naturalizado, é necessário que ele venha a residir no Brasil e, após a maioridade, opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.

C) João deverá manifestar sua opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade perante o consulado do Brasil na Espanha.

D) João não é brasileiro naturalizado porque seu pai tem a nacionalidade espanhola e a mãe não estava a serviço do Brasil.

E) João é brasileiro nato, ainda que a mãe seja brasileira naturalizada.

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) *os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.*

10) Quanto à nacionalidade, assinale a alternativa correta (ADAPTADA)

- A)** São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- B)** É privativo de brasileiro nato o cargo de Vice-Presidente do Senado Federal.
- C)** Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- D)** Brasileiros natos não podem perder a nacionalidade.
- E)** Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, ainda que por imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território.

§ 4º - Será declarada a **perda da nacionalidade** do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

a) revogada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

b) revogada. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)